

Jaguaribe propõe maior discussão

ROSANGELA CAPOZOLI
Da Sucursal

São Paulo — O professor Hélio Jaguaribe, cientista político do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, afirma que "todas as atividades do Estado, inclusive a política externa, devem ser submetidas à orientação geral aprovada pelo Congresso", ao explicar como a política externa poderia ser afetada com a implantação da Nova Constituição.

Hélio Jaguaribe é um dos 50 integrantes da Comissão Constituinte nomeada pelo Governo em agosto passado para levantar os pontos de debate para futura Assembleia que redigirá a nova Constituição. Ele acrescenta que "numa democracia congressual, o Congresso deve exprimir a vontade popular, e, conseqüentemente, o que ocorrerá é uma variação na ingerência do Congresso, de acordo com a natureza dos assuntos. Em matéria de política externa, por exemplo, cabe ao Congresso fixar as linhas mestras de sua política e seus objetivos, além de supervisionar a execução da política traçada".

De todo o modo, diz o professor Jaguaribe, "tem de caber ao presidente da República a gestão corrente da política externa através do órgão especializado que é o Ministério das Relações Exteriores".

Ele ressalta, no entanto, que o grau de participação do povo na política externa do país, através de seus representantes no Congresso, dependerá do tipo de regime a ser adotado pela nova Assembleia Constituinte.

Se os constituintes mantiverem a tradição presidencialista que nos vem desde a primeira República, as funções do Congresso se limitarão a fixar diretrizes gerais da política externa e supervisionar sua execução.

Se a opção for por um regime parlamentarista, observa o professor, essas funções serão bem maiores. No entanto, o professor não acredita que se venha a adotar um "parlamentarismo tão radical como o britânico" e que a "tendência observável na opinião pública brasileira é por um regime misto, do tipo presidencialista congressual".

"Nesse caso — diz o professor — a função do Congresso será bem mais relevante, pois a política externa será um dos principais capítulos de um conjunto de políticas que um Governo com essas características terá de submeter à aprovação dos parlamentares".

O professor Hélio Jaguaribe considera que quando



uma política — qualquer que seja ela — conta com o respaldo da população, sua aplicação é mais fácil e profunda. No caso da política externa, ela se torna mais respeitada e o país mais fortalecido. No Brasil, nos últimos 20 anos, o Congresso, que deveria representar a vontade popular, ficou aquém do que autoriza a Constituição em termos de política externa: limitou-se a aprovar nomeações de embaixadores, aprovar viagens presidenciais e tratados internacionais, mas nem sequer foi ouvido em acordos como o da dívida externa e das usinas nucleares firmado com a Alemanha.

— "Durante o regime militar — diz o professor — as Forças Armadas assumiram a função que deveria caber ao Congresso, o que é uma prática inaceitável no regime democrático. Isto já não vem acontecendo no governo Sarney, que é democrata e vem aceitando a participação do Congresso".

Ele cita as iniciativas dos parlamentares nos últimos meses de defender o reatamento de relações com Cuba e de impor sanções à África do Sul, como "um sinal importante". "O Congresso não é apenas responsável pela edição de leis, mas é o grande fórum onde se faz sentir os vários aspectos da opinião pública".

E essa função de "Fórum de Debate" que o professor Jaguaribe acha que o Congresso retomará em todas as suas dimensões com a nova Constituição. "Governo democrático — ele ensina — não é apenas o que segue a determinação dos maiores, mas é o que também se mostra sensível a importantes reivindicações das minorias significativas da sociedade".

Um aspecto que Jaguaribe acha fundamental que a nova Constituição deixe bem claro é a função das Forças Armadas:

— Sou favorável que a futura Constituição estabeleça uma clara diferença entre a segurança interna e externa. A externa deve ser exercida pelo presidente por intermédio das Forças Armadas. A interna, pelo chefe de Governo, através de agências civis.



Jaguaribe acha participação fundamental

Nobre culpa os parlamentares

"É estranho que durante tantos anos o Parlamento pudesse restringir os seus próprios poderes e acredito que em parte a responsabilidade seja do Congresso se este não detém maior participação das questões referentes à política externa". A declaração é do deputado Freitas Nobre, (PMDB-SP), membro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal, e relator da emenda no artigo 44 da Constituição, estabelecendo o conhecimento prévio, pelo Congresso Nacional, de tratados, convenções, e atos internacionais, celebrados pelo presidente da República.

Freitas Nobre acha que "se o Congresso detivesse maior poder de decisão nessa área, casos como o de reatamento das relações diplomáticas com Cuba já teriam sido resolvidos". Isso, porém, na opinião do deputado, deverá ser corrigido pela Constituinte e o essencial, disse, "é que ela assegure ao Legislativo a efetiva integração e não apenas a participação formal, até para eliminar certas contradições que ainda ocorrem".

Nesse caso específico, "o Brasil declara-se defensor de uma política de autodeterminação dos povos e mantém um posicionamento aberto em Cuba, embora não com reconhecimento". Vale ressaltar que o documento da Aliança Democrática em seu último item obriga um posicionamento que defina esse reatamento e que permita ao Brasil e Cuba manterem todos os relacionamentos diplomáticos e comerciais", afirmou Freitas Nobre.

Esta maior participação do Congresso, mais preci-

samente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, no campo da política externa, como principal órgão fiscalizador, é uma das sugestões a serem apresentadas pelo deputado Freitas Nobre ao relator da Constituinte. Mas, o parlamentar admitiu que "é preciso ver até onde o Constituinte pode entrar, e assim todos os casos devem ser estudados a fim de que seja comprovado se é ou não de competência da Constituinte".

Algumas vitórias foram obtidas pela Comissão de Relações Exteriores no sentido de atuar como fiscal da política externa, como por exemplo a denúncia da criação de numerosos consulados brasileiros absolutamente desnecessários e que resultou na determinação pelo Governo da redução desse número, incluindo a suspensão de alguns consulados já autorizados para funcionamento, totalmente inócuos, servindo apenas para abrigar privilegiados pagos a dólar numa época reconhecida de crise", de acordo com informação prestada pelo deputado.

Depois de reafirmar que "não deve ocorrer, qualquer convenção internacional que elimine a participação do Congresso", Freitas Nobre declarou que, no entanto, "o Congresso só realmente é consultado nos chamados acordos culturais, convenções, como as de direito trabalhista e outros do mesmo gênero, sendo absolutamente eliminado dos principais acordos da área econômico-financeira e muito especificamente dos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional".

Congresso quer maior poder

Políticos esperam discutir questões externas

A Constituinte trará mudanças profundas ao Brasil, e com elas, parlamentares ligados às comissões de Relações Exteriores da Câmara e Senado esperam que o Congresso passe a ter maiores poderes de decisão nas questões de política externa. Os principais itens do interesse parlamentar são os relativos à dívida externa e à exportação de armamentos. Neste último caso, querem deputados e senadores fiscalizar a venda de material bélico e coibir a real situação brasileira na produção belicista.

Como enfatizou recentemente o senador Odacyr Soares (PDS-RO) em seu discurso no Senado Federal, "existe um misto de mito e mistério cercando o assunto, mas é necessário avallar-se realmente, como está a indústria brasileira de material bélico, sobretudo, no que se refere aos investimentos e aos seus efetivos resultados, quer no plano interno quanto no externo".

Ainda segundo o senador, "todas as informações levadas a público foram através da imprensa especializada estrangeira, principalmente no montante das negociações com países estrangeiros". De acordo com estimativas, existem no Brasil de 350 a 400 indústrias de armamentos, incluindo-se as fabricantes de uniformes e calçados brasileiros, representando de 5 a 10 por cento do produto interno.

Ao lado de Israel, Coréia do Sul, do Norte e Turquia, o Brasil ocupa uma expressiva posição na exportação de armamentos e, segundo informação da Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil), o volume das exportações brasileiras só perde para o dos Estados Unidos, URSS, França e Inglaterra, vendendo mais do que a Alemanha Ocidental e a Itália.

De 1978 até 1982, a evolução das exportações foi de 110 milhões a 625 milhões

de dólares, enquanto que as importações nesse mesmo período caíram de 210 milhões para 30 milhões de dólares. No ano passado, estimou-se em cerca de 1,3 bilhão de dólares o volume das vendas brasileiras, ou até em mais de 2 bilhões, como calculam os mais otimistas.

As indústrias mais conhecidas na fabricação de aviões e helicópteros são a Embraer e Helibrás, e a Avibrás na área de artilharia e sistemas de foguetes. As demais estão no setor de veículos blindados, explosivos, armas de infantaria, equipamentos de comunicação, uniformes e vestimentas protetoras, e produtos especiais, destacando-se: Imbel, Valparaíba, Saturnia e Engesa (a maior).

EXPORTAÇÕES

A indústria bélica brasileira desenvolveu-se a partir da necessidade do próprio Exército do Brasil em adaptar e construir determinadas peças de reposição de equipamentos importados, a partir da Segunda Guerra Mundial. Com o surgimento das indústrias automobilísticas em território brasileiro, foi possível a adaptação de veículos civis para manobras militares.

O argumento de que o simples fornecimento de material bélico para as Forças Armadas brasileiras não iria compensar a contratação de mão-de-obra e a mudança nas instalações das empresas. A alternativa foi começar a exportar. Primeiro para os vizinhos latino-americanos como o Uruguai, Paraguai, Chile, Peru, Equador, Colômbia e Suriname, e depois atingindo pontos mais distantes. Até mesmo a China já conta com material bélico brasileiro e a troca de adidos militares irá facilitar a ampliação na área do comércio belicista.

Inclusive com a aquisição pelos chineses de aviões brasileiros de treinamento, tipo Tucano, fabricados pela Embraer.

Atualmente circulam pela África, e países do Golfo Pérsico, representantes da Engesa, para alcançar mercados ainda não muito explorados, como os de e Tunísia, sem esquecer os grandes compradores, como tem sido o Iraque, na aquisição de blindados e no sistema de artilharia e saturação Astros II, da Aribrás, material de tecnologia sofisticada, que nem mesmo o exército brasileiro possui.

A Líbia, que já foi anteriormente um importante comprador de armamentos brasileiros, quer ampliar para 1 bilhão de dólares a compra de armas e manufaturados, blindados e até mesmo aviões. De acordo com informações oficiais de dentro da área militar, a Argélia tem adquirido blindados como o Urutu e Jaraçaca, e uma versão ainda de que os argelinos são "fregueses" de aviões de treinamento.

A Jordânia, que defende uma filosofia de "armar-se para defender-se", é uma discreta compradora de material bélico do Brasil, preferindo os produtos dos Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha, mas não dispensa vir a comprar futuramente mais armamentos do Brasil, principalmente os de linha terrestre. O Marrocos também pode ser considerado um discreto comprador de tanques brasileiros.

Dentro do acordo de cooperação militar assinado entre Brasil e Arábia Saudita, durante a visita do ministro da Defesa, Sultan Bin Abdul-Aziz, os brasileiros têm podido exportar através da Engesa, Avibrás e Embraer, desde armamentos simples, passando por lançadores de foguetes, até aviões de treinamento. Novas vendas irão ocorrer, principalmente no que se refere a tanques. Contudo, os sauditas

não confirmam se o valor das negociações atinjam a 3 bilhões de dólares, considerando esta cifra "muito exagerada".

O Egito, que também já comprou carros de combate brasileiros, e aviões de treinamento do tipo Tucano, continua aprovando maiores compras do Brasil. Somente a Síria, não tem demonstrado interesse pelos materiais bélicos brasileiros, comprando apenas da União Soviética. Saindo dos territórios árabes, o Brasil encontra na Nigéria um importante parceiro na área industrial-militar, incluindo não só a cooperação brasileira no treinamento militar, como na manutenção de material bélico e o fornecimento de aviões tipo Tucano.

NOVOS CATALOGOS

Existem hoje, 72 novos projetos em andamento no Exército, que é o responsável de repassá-los para a indústria privada brasileira de material bélico. Com os aparelhos e demais materiais armamentistas já existentes e os novos que devem se concretizar no próximo ano, torna-se necessária uma divulgação mais forte aos mercados em potencial. A coordenação dessa divulgação, além da realizada particularmente pelos contatos das empresas, está a cargo do Itamarati.

O Ministério das Relações Exteriores publica anualmente um catálogo oficial dos diversos fabricantes de material bélico, com a descrição de cada equipamento e suas potencialidades. No próximo ano, o Itamarati irá lançar um novo catálogo, incluindo as mais recentes tecnologias desenvolvidas pela indústria brasileira. A intenção da chancelaria é proporcionar às pequenas empresas uma maneira de poder divulgar suas opções de material, o que normalmente só é possível aos grandes fabricantes.